

Caroline Terrazas

Enfermeira, Doutoranda do Curso de Educação e Saúde na Infância e Adolescência
Universidade Federal de São Paulo - Guarulhos-SP

Rita de Cássia Ribeiro

Mestre pelo Curso de Ciências da Saúde
Universidade Federal de São Paulo - SP

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão crítica sobre as dificuldades docentes no ensino superior frente à pandemia de covid-19. Para isto, se baseia no referencial teórico da pedagogia histórico-crítica, que busca questionar a situação educacional brasileira nas práticas de ensino. Gestores das universidades, diante emergência de saúde pública global causada pela pandemia, tiveram que aderir às normas preconizadas pelo Ministério da Educação, que autoriza, excepcionalmente, a substituição das disciplinas presenciais por aulas a distância. Para dar continuidade ao ano letivo, docentes de ensino superior estão sendo demandados, de forma abrupta e sem grandes incentivos por parte das instituições de ensino, a pensar sobre alternativas de ensino remoto. Neste cenário, quais os desafios e oportunidades que os docentes do ensino superior encontraram no processo de “produção” do ensino à distância? Considera-se importante o envolvimento dos gestores para que se repensem as capacitações aos docentes para o uso das tecnologias para as aulas remotas. Destaca-se, também, a evidente necessidade de políticas públicas educacionais que visem ampliar a oferta de ensino híbrido (presencial e a distância) no pós-pandemia, como forma de tornar o processo de ensino mais democrático, inclusivo e flexível.

Palavras-chave: Educação superior; Educação profissional; Pandemia covid-19; Educação a distância

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 é uma emergência de saúde pública global. O novo coronavírus (SARS-CoV-2), vírus identificado como causador do surto da doença, foi detectado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Desde então, já causou infecção em mais de 135 milhões de pessoas no mundo, com mais de 2,92 milhões óbitos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) esteve acompanhando a evolução da doença desde o início dos casos e em 11/03/2020 foi declarado o estado de pandemia de covid-19, termo usado para descrever uma situação infecciosa que ameaça simultaneamente muitas pessoas ao redor do mundo.

De acordo com Freitas, Napimoga e Donalisio (2020), não existe muita clareza sobre vários aspectos epidemiológicos dessa doença, que se espalhou rapidamente pelo mundo.

Mas já se sabe uma forma de combatê-la: testagem em massa e isolamento de, pelo menos, 80% dos contaminados. Segundo Santos (2020), os grupos dos países do Sul enfrentarão um surto da pandemia mais discriminatório e difícil, uma vez que estes padecem de uma vulnerabilidade que vem antes da quarentena e que se agrava com ela.

O primeiro caso brasileiro confirmado ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, sendo, também, o primeiro resultado positivo da América Latina. Segundo dados do Ministério da Saúde foi um caso importado, vindo através de um homem de 60 anos, morador de São Paulo, que retornou de uma viagem da Itália. Após essa confirmação, os números só cresceram, alcançando todas as regiões do país. A transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional é reconhecida em 20 de março de 2020 por meio da Portaria GM/MS n.º 454/2020 (BRASIL, 2020a).

Com os números de casos confirmados no Brasil, o então ministro da saúde – Luiz Henrique Mandeta, que esteve à frente da pasta até 16 de abril de 2020 – sugeriu, tendo como base as recomendações da OMS, que os estados adotassem a suspensão das aulas em todo país como medida de prevenção. Neste contexto, uma medida de segurança adotada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo foi a suspensão das aulas presenciais a partir da publicação do Decreto nº 64.864 de 16/03/2020 (SÃO PAULO, 2020), elaborado com o propósito de controlar e cortar a cadeia de transmissão do vírus. Desde o dia 23 de março, estão suspensas 100% das atividades presenciais no âmbito da educação estadual.

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, com a participação e colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento pleno, o preparo do sujeito para exercer a cidadania e para o mercado de trabalho. Diante dessa relevância, como modelo de enfrentamento ao covid-19, foram publicadas legislações no Brasil que apresentam orientações sobre as possibilidades de retorno às atividades curriculares educativas em domicílio: a Portaria nº 343, de 17/3/2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - covid-19 (BRASIL, 2020c); e o Conselho Nacional de Educação redigiu uma proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia do covid-19 (BRASIL, 2020d). De acordo com Silva et al. (2020):

O cenário provocado pela pandemia fez com que os gestores das faculdades e universidades tivessem que colocar em prática as normativas preconizadas pela Portaria nº 345/2020 do Ministério da Educação, que autoriza, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, de modo a dar continuidade ao semestre e, conseqüentemente, ao ano letivo.

Historicamente, no Brasil, a educação a distância emerge de uma necessidade de atender às demandas da globalização, que buscam preencher as lacunas de formação inicial, continuada e, também, uma educação não formal encontrada na sociedade contemporânea. Essa modalidade apresenta-se como uma alternativa de formação profissional em um país com grandes dimensões geográficas e sérias desigualdades regionais (JUNIOR, 2009).

Além disso, o mundo presencia atualmente uma nova forma de comportamento na sociedade, de tal modo que as formas de viver, se relacionar e consumir estão impactadas, bem como as estratégias de trabalho, sobretudo as do trabalho docente. Com a presença da enfermidade causada pelo coronavírus, o retorno à “vida normal” não tem data prevista para ocorrer e, por isso, a vida social, econômica e educacional estão extremamente afetadas. Neste momento, o processo de formação superior parece desafiador, pois

professores e alunos se viram obrigados a se adequarem a essa nova modalidade de ensino-aprendizagem.

Docentes do ensino superior se viram diante da necessidade de substituir as aulas presenciais por aulas a distância, por meio de um processo de ensino online. Essa “digitalização do ensino”, acelerada pela pandemia de covid-19, trouxe a substituição das aulas presenciais e impôs, de forma abrupta e sem grandes incentivos por parte das instituições de ensino, um novo papel aos docentes. O atual contexto fez emergir a necessidade de docentes qualificados para o uso de metodologias de ensino a distância, além de demandas relacionadas ao planejamento das atividades pedagógicas online, ao suporte técnico e ao acesso a softwares apropriados. Essas práticas relacionadas à atividade docente remota merecem atenção por parte dos gestores de ensino superior e das políticas nacionais de educação. Em um estudo sobre os desafios de professores no ensino a distância, Furtado et al. (2018, p.7) identifica que os educadores ainda possuem dificuldades na forma e na desenvoltura das dinâmicas com os alunos no ambiente virtual.

A interrupção das atividades previamente planejadas em aulas presenciais, as quais associam atividades teóricas e práticas, gera impactos para docentes e discentes, em especial, para aqueles que são economicamente vulneráveis, o que pode acarretar em uma grande evasão de alunos das instituições de ensino superior. (UNESCO et al, 2020). A prática docente está destinada à dura tarefa de educar considerando as desigualdades do acesso ao ensino remoto, imposta pelo atual cenário epidemiológico social brasileiro, diante de dilemas existentes na educação superior anterior à crise pandêmica (SANES et al, 2020). A crise provocada pela pandemia, somada à crise da acumulação do capital global, impôs ao docente do ensino superior desafios ainda maiores do que aqueles que vinha enfrentando antes da crise sanitária, relacionados às más condições de trabalho e à falta de investimento em qualificação.

Em meio a estas aflições, surgem os seguintes questionamentos: o docente do ensino superior está apto a acompanhar as várias mudanças impostas pelo mercado de trabalho atual? Quais são os desafios e as oportunidades que os docentes do ensino superior encontraram no processo de “produção” do ensino a distância?

METODOLOGIA

O caminho metodológico incluiu a contextualização da pandemia de covid-19, os seus reflexos na atuação dos docentes no ensino superior e uma reflexão crítica sobre os desafios e as oportunidades encontradas por estes profissionais.

O recorte do tema foi abordado assumindo-se como referencial teórico a pedagogia histórico-crítica. Nesta abordagem, o professor tem papel fundamental no ensino e na aprendizagem de seus alunos, ensinando o conhecimento acumulado da humanidade e desenvolvendo atuação primordial quanto à conscientização dos estudantes em relação à sociedade, com foco em uma sociedade justa e igualitária, buscando contextualizá-los historicamente na realidade mais ampla. A concepção teórica dessa pedagogia é o materialismo histórico, ou seja, busca-se compreender a história a partir da determinação das condições materiais da existência humana (SAVIANI, 2011). Essa pedagogia continua fazendo o papel de outrora, de quando foi criada: a crítica à situação educacional brasileira e uma contraposição às pedagogias vigentes. Ela se coloca como crítica principalmente de duas tendências pedagógicas principais: as pedagogias que se centram na teoria, nos métodos de ensino e em conteúdo e as que buscam maior foco nas práticas de aprendizagem, em “como ensinar” (BARBOSA; FERNANDES, 2018).

RESULTADOS

Como pode o professor universitário realizar seu trabalho distante do aluno?

Quem assiste a esta situação de fora do contexto escolar poderia considerar que atender a essa demanda seja um labor fácil e que para os profissionais da educação seria muito simples resolver essa questão: bastaria utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no sistema educacional, isto é, migrar do ensino presencial para o ensino a distância ou para a realização de atividades de ensino por meio digital. Afinal, o elemento básico para que o “ensino a distância” ocorra é a internet e hoje em dia “todo mundo” tem acesso a este recurso. Tal avaliação, porém, é totalmente equivocada.

Ter acesso à internet não é garantir que professores do ensino superior que têm a sua prática docente, para formação de um profissional, na modalidade presencial se tornem docentes da modalidade remota ou a distância. Estes docentes estão sendo demandados a pensar sobre alternativas para dar continuidade às atividades de ensino. Diante dos desafios relacionados ao manuseio e uso das TIC na modalidade de Ensino a Distância (EaD), tiveram que criar novos planos de ensino remoto, planejar e aplicar atividades pós aulas de modo a garantir que os discentes acessem o conteúdo ministrado para que, ao finalizar esse ano letivo, seja possível garantir uma boa formação de futuros profissionais.

No século 20, a Política de Educação Superior adotada no Brasil trouxe mudanças para o trabalho docente no ensino superior. Essa prática docente tem se configurado, cada vez mais, em um professor de tempo parcial, que leciona em mais de uma instituição e tem um “fazer” repetitivo – o de “dar aulas” com foco na produtividade – somado a uma sobrecarga de trabalho. Atualmente no Brasil, o trabalho docente no ensino superior vive um período de mudanças, uma vez que as tarefas acadêmicas, no que se referem ao tripé qualidade de ensino, pesquisa e extensão, requerem do professor uma nova organização do processo de trabalho, pautado na inovação e no uso de tecnologias. Além das atividades da prática docente, os professores agora têm de se desdobrar também em reuniões e formações pedagógicas *online*, preparar material didático escrito, gravar e editar videoaulas, estar disponíveis aos alunos e dar-lhes assistência via plataformas ou grupos de WhatsApp. E em que pese a necessidade de dar seguimento ao ano letivo, os docentes ainda precisam se adaptar às suas rotinas de casa e dar conta de atividades domésticas, visto que muitas vezes sua rede de apoio no ambiente domiciliar também segue a regra do isolamento social posta pelo governo.

É claro que os professores não estavam preparados para essa modalidade de ensino: muitos tiveram de participar de cursos rápidos para aprender a utilizar a tecnologia, comprar um equipamento mais moderno ou mudar o plano de internet para conseguir oferecer um trabalho de qualidade aos seus alunos. E esta experiência que estamos vivenciando tem levado diversos profissionais da educação a reconhecer a necessidade de atualizações e da implantação de processos de educação permanente para o ensino remoto.

Esse novo contexto, marcado por incertezas, fez com que os gestores repensassem em estratégias pedagógicas e acadêmicas de modo a preservar os princípios da educação, suas diretrizes e leis, mas considerando a possibilidade da inclusão de novas TIC e do uso de plataformas digitais como aulas *online* ou ensino a distância.

Além disso, o cenário atual evidencia a necessidade de políticas públicas educacionais, visando ampliar a oferta do ensino híbrido (presencial e a distância). Isto é, o atual contexto coloca em pauta a institucionalização do ensino híbrido como uma demanda a ser atendida pelas instituições educacionais públicas e/ou privadas no pós-pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia causada pelo covid-19 impôs, na sociedade contemporânea, a necessidade urgente de desenvolvermos políticas públicas educacionais que visem à igualdade educacional e a novas práticas pedagógicas. É importante que os gestores repensem capacitações em EaD e que instrumentalizem docentes do ensino superior para o uso das tecnologias no processo ensino-aprendizagem dos discentes. O professor possui papel fundamental na relação com o aluno, ainda que se alterem os meios e circunstâncias de sua interação.

Além disso, sugere-se que sejam criados espaços virtuais compostos por equipes multiprofissionais para que eles possam dividir suas angústias e minimizar o turbilhão de sentimentos que permeia suas vidas no contexto da pandemia. E com o ensino a distância, embora seja necessário um tempo de adaptação às ferramentas tecnológicas e às formas distintas de comunicação, abre-se um leque de oportunidades. Oportunidades essas de tornar o processo de ensino mais democrático, inclusivo e flexível, de modo que o professor possa se fazer presente em mais momentos na formação profissional, para muito além de um espaço físico e de horário restrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Silvia Helena Pienta Borges; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. O papel do professor na pedagogia histórico-crítica: contraponto ao movimento escola sem partido **Nucleus**, v.15, n.1, abr 2018

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr 2020.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 454, de 20 de março de 2020a. [Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19)]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/prt454-20-ms.htm. Acesso em: 28 ago 2020.

_____. Portaria n.º 345, de 19 de março de 2020b. **Edição Extra do Diário Oficial da União**, Ministério da Educação, Brasília, DF, 19 mar 2020. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1>. Acesso em: 28 Ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020c. [Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 9 Abr 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da covid-19, de abril de 2020d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2020-pdf/144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19/file>. Acesso em: 9 Abr. 2021.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, e2020119, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200900&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Abr. 2021. Epub Abr 06, 2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200008>.

FURTADO, Ulisses de Melo et al. O papel do Professor na Educação a distância: características, desafios e proposições. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 2018, Natal. **Anais... Trilha Temática II: Práticas pedagógicas, avaliação e permanência**. Natal, ESUD, 2018.

JUNIOR, Klaus Schünzen. Educação a distância no Brasil: caminhos, políticas e perspectivas. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 16-36, jun 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/975>. Acesso em 09 abr 2021.

SANES, Marina da Silva et al. Educação a distância, não! Produção de sentidos dos discursos de entidades representativas da enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 73, n. 5 e20190465, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000500183&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 Abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Brasil: Boitempo Editorial, 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 64.864, de 16 de março de 2020. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 17 mar 2020. Seção I, p. 1,

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Andrey Ferreira da et al. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312020000200315&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 Ago 2020. Epub Jul 24, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300216>.

UNESCO et al. Recomendações para reabertura de escolas. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/68886/file/PORTUGUESE-Framework-for-reopening-schools-2020.pdf>. Acesso em: 09 Abr 21